



Estado de Rondônia

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÁ

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Setor de Planejamento de Compras e Contratações

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Unidade Administrativa de Origem (demandante): Secretaria Municipal De Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR)

Secretário: Antônio Pereira Neto

Processo: 392/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado proporciona contratações potencialmente mais eficientes, visto que a realização de estudos previamente delineados conduz o conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

1.2. Neste contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme previsto na Lei nº. 14.133/2021, Art. 6º, XX que define o ETP como “*o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação*”, e com a finalidade de identificar e evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica, conforme consta no parágrafo primeiro do art. 18 da Lei n. 14.133/2021.

1.3. Além disso, o art. 6º do Decreto Municipal n. 200/2024, Inciso IX, diz que: promover os atos necessários, bem como, adequações para a realização do procedimento licitatório, a exemplo do Estudo Técnico Preliminar, Análise de Risco e Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, para atender aos requisitos de padronização e racionalização.



2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, Inciso I, da Lei n. 14.133/2021)

2.1. O município de Urupá, em Rondônia, possui uma população estimada em 10.725 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, o qual gera um descarte, de aproximadamente 5 ton./ semana (segunda a sexta-feira), de resíduos sólidos urbanos domiciliares (orgânico e rejeitos), que necessitam de tratamento e disposição final adequada, e considerando que, atualmente, o município não dispõe de aterro sanitário licenciado de sua propriedade, que sirva para a destinação final dos resíduos sólidos urbanos, tampouco de estrutura técnica suficiente para a execução integral dos serviços por meios próprios, faz-se necessária e indispensável a contratação de empresa especializada no ramo para assegurar a continuidade da coleta (estação de transbordo), transporte e destinação final, ambientalmente correta, dos resíduos produzidos diariamente pela população.

2.2. Esses Resíduos são classificados como Resíduos Classe II – Não Perigosos, segundo a ABNT NBR 10004¹, sendo necessário o seu tratamento específico, como incineração, processamento, ou mesmo disposição em aterro sanitário, técnicas estas que somente podem ser executadas por empresas qualificadas e autorizadas por órgãos ambientais

2.2. Agindo dessa forma, o Município de Urupá, atende às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12302/2010, que determina a obrigatoriedade da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos em aterros sanitários licenciados, vedando práticas como lixões ou destinação irregular, bem como atende ao que diz a lei municipal 490/2011 em seu Art. 144:

“ O Município deverá implantar adequado sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos, incluindo coleta seletiva, segregação, reciclagem, compostagem e outras técnicas que comprovam a redução do volume total dos resíduos sólidos gerados. ”

2.3. Cabe fazer um adendo, em relação à coleta do resíduo urbano, nas residências e área comercial do Município, que é realizada de segunda a sexta-feira, por uma Associação de catadores em parceria com a Prefeitura Municipal de Urupá, que repassa um valor mensal e disponibiliza o veículo para o transporte do resíduo até a sede da Associação para que seja feita a separação, do resíduo reciclável, inclusive a Prefeitura disponibiliza sacolas de rafia para que seja separado o resíduo reciclável, pelo usuário, e que tem os dias escalonados para coleta seletiva, conforme os bairros,

¹ **Classe II - Resíduos Não Perigosos:** Subdivididos em:

Classe IIA - Não Inertes: Podem ter propriedades como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água, mas não são perigosos. Ex.: matéria orgânica, papel.

Classe IIB - Inertes: Quando em contato com água, não solubilizam nenhum de seus constituintes acima dos padrões de potabilidade. Ex.: entulhos de construção, sucatas de ferro.



o restante do resíduo que não é reciclável é transportado para a estação de transbordo e depositado no container.

2.4. Portanto, a contratação de empresa especializada em armazenamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário e do serviço de transporte de resíduos sólidos domiciliares da estação de transbordo no Município de Urupá para o aterro sanitário é essencial por várias razões, dentre as quais podemos citar:

- **Continuidade dos serviços públicos de limpeza urbana:** ao realizar a disposição e armazenagem de resíduos sólidos e o transporte de resíduos até o aterro sanitário, garante-se a continuidade deste serviço, que é um direito da população e um dever do Poder Público, e essencial para a manutenção da ordem e saúde nas áreas urbanas.
- **Conformidade legal e ambiental:** É uma exigência legal (Política Nacional de Resíduos Sólidos) para eliminar o descarte irregular, sendo uma forma mais segura de manejo.
- **Proteção da saúde pública:** Ao cobrir diariamente o resíduo com terra e controlar esses resíduos, elimina-se o mau cheiro e a proliferação de vetores, como ratos, baratas e moscas.
- **Mitigação de impactos ambientais:** Diferente dos lixões, os aterros são planejados, ocupando menos espaço e permitindo a recuperação da área após o fim da sua vida útil.
- **Proteção Ambiental:** Aterros sanitários utilizam impermeabilização do solo, evitando que o chorume², contamine águas subterrâneas.

2.4. Em resumo, a correta gestão do resíduo urbano é, portanto, um pilar básico para a sustentabilidade e a qualidade de vida nas cidades.

3. PREVISÃO COM O PCA (art. 18º, § 1º, Inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

3.1. A contratação está alinhada ao Plano de Contratações Anual da Prefeitura do Município de Urupá/ RO.

² Chorume é um líquido escuro, viscoso e de odor forte e desagradável, produzido pela decomposição de matéria orgânica no lixo (lixões ou aterros sanitários).



4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS (art. 18º, § 1º, Inciso III, da Lei n. 14.133/2021)

4.1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1.1. A contratação de empresa especializada em armazenamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (CLASSE 2) e empresa especializada em serviço de transporte de resíduos sólidos domiciliares do Município de Urupá para aterro sanitário, devidamente licenciado, deve obedecer aos requisitos e quantitativos presentes na descrição do item “5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS”, e nos requisitos listados a seguir:

4.1.1.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de suspensão que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

4.2. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS:

4.2.1. ITEM 1 - Contratação de empresa especializada em armazenamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (CLASSE 2) devidamente licenciado:

4.2.1.1. A empresa contratada deve ser capaz de comprovar a destinação final e adequada do TRATAMENTO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ATERRO SANITÁRIO, seja por meio de relatório fotográfico, documentos ou certificados.

4.2.1.2. A responsabilidade pelos resíduos sólidos gerados pelo Município de Urupá, incluindo eventual armazenamento temporário e o respectivo armazenamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (CLASSE 2), é INTEIRAMENTE da contratada, obrigando-se a ressarcir a CONTRATANTE quaisquer despesas que venha a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

4.2.1.2.1. A empresa contratada deve adotar práticas voltadas para sua operação, visando reduzir o impacto ambiental, promover a economia circular e buscar formas inovadoras de tratamento e destinação dos resíduos.

4.2.1.3. O Município, por meio de seus técnicos, poderá inspecionar, a qualquer tempo, o aterro sanitário para verificar se está em conformidade com as disposições contratuais.



4.2.1.4. A empresa contratada deve apresentar todas as licenças, autorizações e certificações exigidas pelas autoridades ambientais e reguladoras para operar legalmente o ARMAZENAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) EM ATERRO SANITÁRIO. A Contratada deverá apresentar as seguintes licenças e mantê-las atualizadas:

I - Licença Ambiental do Aterro Sanitário, emitida por órgão competente;

II - Termo de Compromisso Ambiental assegurando o recebimento de resíduos na quantidade e prazo enquanto durar a Ata e/ou contrato;

III - Comprovação de que possui em seu quadro de funcionários³, profissional responsável pela empresa contratada para destinação final dos RSU, inscrito na entidade profissional competente e possuir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

IV - Alvará de funcionamento;

V - Comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho. A Prefeitura Municipal de Urupá procederá a consulta junto ao SICF, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao TCU.

4.2.1.5. A empresa contratada deve demonstrar experiência comprovada no setor de gestão de resíduos sólidos, bem como possuir a capacidade técnica e operacional para realizar os serviços de ARMAZENAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) EM ATERRO SANITÁRIO.

4.2.1.5.1. A Contratada deverá apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica operacional, devidamente registrado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), em nome da empresa que comprove que a proponente já executou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste edital, ou seja, tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário.

4.2.1.6. A contratada deverá possuir Balança Rodoviária, devidamente aprovada pelo INMETRO, para pesagem do caminhão, com emissão de ticket de pesagem, para viabilizar a quantificação correta dos resíduos coletados para fins de medição dos serviços, no momento da disposição dos resíduos no aterro sanitário.

4.2.1.7. Caso a empresa vencedora, para este item, possua mais de 1 (um) aterro sanitário deverá esta ficar ciente de que o rejeito produzido no Município

³ Comprovação de vínculo empregatício do profissional responsável técnico, por meio de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço ou comprovação de sócio da empresa;



de Urupá/RO, será encaminhado para o aterro mais próximo, visando economia aos cofres públicos e a eficiência almejada na referida contratação.

OBS: Quando o Aterro Sanitário não for de propriedade da Licitante, deverá ser apresentado documento devidamente registrado em cartório, que demonstre a vinculação entre a Licitante e o proprietário do Aterro, de forma a garantir a correta destinação final dos resíduos em Aterro Sanitário licenciado.

4.2.2. ITEM 2 - Contratação de empresa especializada em serviço de transporte de resíduos sólidos domiciliares do município de Urupá-RO para aterro sanitário devidamente licenciado:

4.2.2.1. A contratada deverá possuir licenciamento ambiental junto à SEDAM para o transporte de resíduos sólidos Classe 2 (não perigosos) e as devidas licenças municipais, conforme o Art. 37 da Seção VI da Lei Estadual nº 1145, de 12 de dezembro de 2002⁴.

4.2.2.2. A licitante deverá possuir cadastro no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) para emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), que é o documento obrigatório para rastrear a carga do gerador ao destino final.

4.2.2.3. O transporte deverá ser realizado com o uso de veículo ROLL ON/OFF com sistema de captação e armazenamento de chorume (disponibilidade de 2 (dois) containers, ou caminhão caçamba com sistema de captação e armazenamento de chorume e capacidade de 30 ton., devendo ser apropriado e compatível com as características dos resíduos, observando a legislação pertinente, e o trajeto a ser percorrido será definido conforme o resultado do certame licitatório para o **ITEM 1**, deste Estudo Técnico Preliminar.

4.2.2.3.1. A empresa vencedora do **ITEM 2** (Contratação de empresa especializada em serviço de transporte de resíduos sólidos domiciliares do município de Urupá-RO para aterro sanitário devidamente licenciado.), deverá estar ciente que o trajeto poderá sofrer alterações de percurso (mudança de aterros/cidades), de acordo com o interesse da Prefeitura Municipal de Urupá, visando sempre o custo/benefício, isto é, atendendo o princípio da economicidade aos cofres públicos.

4.2.2.4. A empresa contratada deverá prestar serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos, desde a estação de transbordo em Urupá até o aterro sanitário licenciado, garantindo a destinação final adequada e em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), sendo de sua INTEIRA responsabilidade, e obrigando-se a ressarcir a CONTRATANTE quaisquer despesas que venha a suportar em razão de débitos, multas e/ou

⁴ Institui a Política, cria o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Estado de Rondônia, e dá outras providências.



infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

4.2.2.5. A empresa contratada deve adotar práticas voltadas para a operação, visando reduzir o impacto ambiental, promover a economia circular e buscar formas inovadoras de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

4.2.2.5. A empresa deve fornecer, caso seja veículo ROLL ON/OFF, no mínimo, 2 (dois) containers estacionários de capacidade mínima de 30 m³ e que possuam sistema de captação e armazenamento de chorume, realizar trocas no mínimo 1 (uma) vez por semana e transportar os resíduos ao aterro licenciado, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR).

4.2.2.6. Apresentar documento de propriedade de, no mínimo, 2 (dois) veículos equipados com sistema Roll On/Off, e/ou caminhão caçamba com sistema de captação e armazenamento de chorume e capacidade de 30 ton, conforme o veículo vencedor para o referido item.

4.2.2.7. A contratada deverá garantir que o (s) motorista (s) esteja (m), devidamente, habilitado (s) para a condução do (s) veículo (s).

4.2.3. REQUISITOS COMUNS A AMBOS OS ITENS

4.2.3.1. Declaração de disponibilidade das instalações (aterro sanitário), do aparelhamento (veículo compatível com a contratação) e pessoal necessários à realização do objeto da licitação (Lei nº 14.133/21, art. 67, inciso III).

4.2.3.2. Apresentar declaração de que atende às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e de que possui políticas, procedimentos e treinamentos para garantir a segurança dos trabalhadores envolvidos nas atividades. Isso inclui fornecer aos empregados:

a) Os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

b) Treinamento adequado, procedimentos de emergência e controle de riscos.

4.2.3.3. Todas as despesas e equipamentos necessários à execução do objeto contratado serão de responsabilidade exclusiva da empresa, sem repasse de custos ao Município de Urupá.

4.2.3.4. Toda a responsabilidade e eventual passivo ambiental decorrente da coleta (estação de transbordo), transporte e da destinação final dos resíduos sólidos são de inteira responsabilidade da contratada.



4.2.3.5. Conforme consta deste ETP, a contratada para o **ITEM 1** e **ITEM 2** deverá atender, obrigatoriamente, a todas as normas técnicas e dispositivos legais existentes no país, em especial, e no que couber:

- I. Lei nº 12.305/10 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos).
- II. Lei nº 14.026/20 (Atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico).
- III. ANBT NBR 10.004/04 (Estabelece a Classificação dos Resíduos Sólidos).
- IV. ABNT NBR 11.174/90 (Armazenamento de Resíduos, Classe II-A e Classe II-B);
- V. ABNT NBR 13.221/94 (Transporte de Resíduos – Procedimento).
- VI. Código de Trânsito Brasileiro.
- VII. Resoluções do CONTRAN.
- VIII. Normas ambientais e da ANVISA.

4.2. DA PROPOSTA

4.2.1. As especificações dos serviços descritos na proposta deverão ser fiéis ao serviço a ser prestado pelo licitante, e não a simples cópia do descritivo, contendo as características dos serviços a serem prestados com o máximo de detalhes, e outros dados que possam ser utilizados para o conhecimento do serviço ofertado.

4.2.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade, incluindo manutenção, combustível, todos os insumos e impostos necessários aos serviços a que se licita, incluindo a coleta dos resíduos que deverá ser realizada na área de transbordo, localizada no Município de Urupá, manutenção do aterro sanitário, dentre outros, sem acréscimos. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos ulteriores a qualquer título.

4.3. DA GARANTIA DO PRODUTO

4.3.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei n.8.078 de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e alterações subsequentes.

4.4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE AMOSTRA



4.4.1. Não se aplica

4.5. DA VISITA TÉCNICA

4.5.1. A visita técnica não é obrigatória. Para a realização do serviço será permitido ao licitante, caso queira, que realize visita técnica, à estação de transbordo, para que possam ser verificadas as condições para realização dos serviços.

4.5.1.1. A visita técnica poderá ser agendada pelo telefone da Prefeitura Municipal de Urupá (69) 3413-2281 das 7:30 às 13:30, de segunda a sexta-feira, falar com Lucas. Caso seja realizada, o termo de visita técnica comporá a documentação de habilitação. (Modelo do Termo de visita anexo ao Termo de Referência)

4.5.1.2. Conforme redação do item 4.5.1., a visita técnica não é obrigatória, contudo, a licitante que não realizar a visita, não poderá, posteriormente, declarar desconhecimento das condições para a realização do serviço de transporte dos resíduos da estação de transbordo, em Urupá, para o aterro sanitário.

4.6. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

4.6.1. A empresa deverá estar habilitada conforme o art. 62, da Lei Federal n. 14.133/2021, dividindo-se em:

- I – Habilitação Jurídica;
- II – Habilitação referente à qualificação Técnica;
- III – Habilitação referente à regularidade Fiscal e Trabalhista;
- IV – Habilitação referente à avaliação Econômico-financeira;

4.7. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.7.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre esta e aqueles, que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.7.2. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução dos serviços;

4.7.3. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Edital.



5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (art. 18º, § 1º, Inciso IV, da Lei n. 14.133/2021)

5.1. Os quantitativos foram definidos, pela Secretaria, com base na projeção do volume máximo de resíduos sólidos urbanos que poderão ser produzidos mensalmente no Município de Urupá-RO. Ressalta-se que esse valor é apenas uma estimativa e não implica que o volume total será atingido todos os meses.

5.2. Desta forma, estimou-se as quantidades a serem contratadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – DESCRITIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
1	Ton.	1.500	Contratação de empresa especializada em armazenamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (CLASSE 2) devidamente licenciado , em conformidade com a legislação pertinente nos itens de capacidade de recebimento e técnica de serviços. O aterro sanitário deverá estar em uma distância máxima 220km (duzentos e vinte quilômetros) do Município de Urupá/RO.
2	Km	12.000	Contratação de empresa especializada em serviço de transporte de resíduos sólidos domiciliares do município de Urupá-RO para aterro sanitário devidamente licenciado . O transporte deverá ser realizado com o uso de veículo ROLL ON ROLL OFF com sistema de captação e armazenamento de chorume, com disponibilidade de 2 (dois) containers com 30 m³ cada ou caminhão caçamba com sistema de captação e armazenamento de chorume com capacidade de transporte de 30ton.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18º, § 1º, Inciso V, da Lei n. 14.133/2021)

6.1. Devido à natureza do objeto, que apesar de ser considerado uma contratação comum, de fácil descrição, não são tantas opções disponíveis no mercado regional, por exigir uma série de documentos para operacionalização de um aterro sanitário bem como para o transporte de resíduos sólidos.

6.2. Nesse sentido, a partir da definição do objeto e dos requisitos da contratação, foi possível definir algumas possíveis alternativas para a solução da demanda:



1) SOLUÇÃO 1: Adesão a Consórcio:

- A Secretaria entrou em contato com o CIMCERO (Consórcio Intermunicipal da Região do Centro Leste do Estado de Rondônia) para que pudesse proceder à adesão, porém foi informado que o consórcio tentou licitar o serviço de transporte de resíduos sólidos, para posterior licitação de disposição de resíduos em aterro sanitário, mas a licitação restou fracassada.

2) SOLUÇÃO 2: Execução por conta própria:

- Conforme o relatado neste estudo técnico, o Município não dispõe de mão de obra especializada para a execução do serviço, o que demandaria a contratação de servidores capacitados, treinamento, aquisição de caminhão específico para o transporte dos resíduos, e a construção de um local apropriado (aterro sanitário) para a disposição dos resíduos sólidos urbano.

3) SOLUÇÃO 3: Formação de Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para futura e eventual Contratação de empresa especializada no ramo, por meio de pregão eletrônico:

- Caracteriza-se a presente solução na contratação de empresa especializada no transporte de resíduos bem como na disposição final dos resíduos sólidos, ficando tudo a cargo da empresa, a exemplo dos profissionais, veículos e equipamentos necessários, responsabilizando-se por todas as etapas, desde a coleta (estação de transbordo), transporte e destinação final dos resíduos.

6.3. Considerando as soluções acima relacionadas, e seus devidos apontamentos, a solução 3 é a que mais se adequa à necessidade apresentada pela SEMATUR, pois ao contratar empresa especializada na disposição de resíduos sólidos, bem como de empresa especializada no transporte destes resíduos, repassa-se à (s) contratada (s) todo o ônus da prestação do serviço, pagando-se realmente o que é executado. Essa opção elimina a necessidade de investimentos elevados na aquisição e manutenção de veículos, reduz também, custos operacionais com servidores e gestão do serviço. Além disso, empresas especializadas possuem experiência e estrutura adequadas para garantir os serviços de coleta, transporte e disposição final, seguros e em conformidade com as normas ambientais, minimizando riscos operacionais e legais para o Município de Urupá.

6.2. Portanto, para atender à necessidade de armazenamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (CLASSE 2) e transporte de resíduos sólidos domiciliares do Município de Urupá-RO para aterro sanitário devidamente licenciado, a solução viável é a contratação de empresa especializada na prestação do referido serviço, por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, utilizando o sistema auxiliar de Registro de Preços, conforme especificações detalhadas neste Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Edital, de forma similar às contratações anteriores do mesmo objeto, conforme Processos 470/2020 e 115/2021.



7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, § 1º, Inciso VI, da Lei n. 14.133/2021)

7.1. A estimativa do valor da contratação é de **R\$ 437.970,00 (quatrocentos e trinta e sete mil novecentos e setenta reais)**, conforme prévia informada no documento de oficialização da demanda (DOD) anexado ao Processo Administrativo n. 392/2026.

7.2. Para a base da estimativa do valor foi utilizado dados do contrato vigente, e o aumento considerável de resíduos ao longo dos anos no município.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18º, § 1º, Inciso VII, da Lei n. 14.133/2021)

8.1. A solução proposta engloba a Formação de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em armazenamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (CLASSE 2) devidamente licenciado e Contratação de empresa especializada em serviço de transporte de resíduos sólidos domiciliares do município de Urupá-RO para aterro sanitário devidamente licenciado, para atender à demanda da SEMATUR, conforme a descrição detalhada no tópico **5 – Estimativa das quantidades a serem contratadas**

8.2. A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade **Pregão** (art. 6º, inciso XLI, Lei n. 14.133/2021), na sua forma **Eletrônica** (art. 17, § 2º, Lei n. 14.133/2021), e de acordo com o objeto a ser adquirido, e está também conforme o que consta no art. 29 da Lei Federal n. 14.133/2021:

*“A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o **pregão** sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.*

8.3. O critério de julgamento será o de **“MENOR PREÇO”** por item, nos termos dos art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, com futura contratação por meio do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, conforme art. 6º, inciso XLV, da mesma lei, pois a ordem de serviço será emitida, conforme a demanda, de acordo com a necessidade da SEMATUR.

8.4. Ao fazer a própria Ata de Registro de Preços, que enseja numa proposta customizada ao objeto pretendido, tem-se como vantagem atender diretamente às demandas propostas pela SEMATUR.



8.5. Desta forma, a necessidade de registro de preço para a eventual contratação de empresa especializada em armazenamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (CLASSE 2) devidamente licenciado e de empresa especializada em serviço de transporte de resíduos sólidos domiciliares do município de Urupá-RO para aterro sanitário devidamente licenciado é justificada também pela forma como serão empenhados os serviços. A contratação parcelada permitirá uma gestão eficiente da demanda.

8.6. A solução inclui a prestação do serviço da seguinte forma:

8.6.1. Os serviços previstos na contratação deverão ser prestados mediante Nota de Empenho, assinatura do contrato com início no prazo máximo de 10 dias, após o recebimento da Ordem de Serviços, por parte da empresa vencedora do certame licitatório. Os serviços prestados deverão ser devidamente certificados pela Comissão de Recebimento ou responsável designado pela Administração.

DO ITEM 1 – Contratação de Empresa Especializada em armazenamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (CLASSE 2) devidamente licenciado:

1) Pesagem do caminhão (carregado) na entrada do aterro e posterior pesagem após a descarga do caminhão (vazio), para a finalização da pesagem, a cada viagem, contendo:

- Placa do veículo;
- Data
- Horário da pesagem cheio e vazio

2) Relatório fotográfico, contendo:

- Data
- Horário 1 (uma) fotografia chegada no aterro, 1 (uma) fotografia descarregando

3) Relatório com resumo das pesagens do mês

DO ITEM 2 – Contratação de empresa especializada em serviço de transporte de resíduos sólidos domiciliares do município de Urupá-RO para aterro sanitário devidamente licenciado:

1) A empresa vencedora, caso seja veículo ROLL ON ROLL OFF com sistema de captação e armazenamento de chorume, deverá disponibilizar 2 (dois) containers no ato da celebração do contrato, sendo que 1 (um) container será utilizado para depósito dos rejeitos na estação de transbordo⁵, no Município de Urupá, e no momento que estiver cheio e por meio de solicitação de transporte, por parte da Administração, a

⁵ Estação de Transbordo (Armazenamento): Local predeterminado onde o caminhão deposita e são acumulados os resíduos sólidos em container, para posterior destino final.



empresa deverá realizar a substituição, imediata, por outro container vazio para novo depósito de rejeitos.

a) Local de recolhimento: deverá ser realizado na estação de transbordo, situado na Linha C01, Gleba 05, Lote 03, km 02 no Município de Urupá após Ordem de Serviço emitida pela SEMATUR.

b) Periodicidade: Pelo menos uma vez por semana, podendo variar de 4 (quatro) a 6 (seis) vezes ao mês, ou seja, podendo sofrer alterações na quantidade de viagens a serem realizadas no decorrer de cada mês, de acordo com a demanda produzida pelo Município de Urupá/RO.

c) Horário da coleta: Das 7:00h até às 16:00h

d) Equipamentos necessários:

- Veículo ROLL ON/ OFF com sistema de captação e armazenamento de chorume, e/ou caminhão caçamba com sistema de captação e armazenamento de chorume com capacidade de transporte de 30ton. (Conforme veículo vencedor).
- Durante o transporte, os resíduos devem ser cobertos, evitando quedas ou derramamentos. Caso ocorram, a contratada será responsável pela limpeza das vias.

e) Distância percorrida (trajeto): Conforme a localização do aterro sanitário, a ser definido, conforme o licitante vencedor do **ITEM 1**

8.7. Os itens, objetos da prestação do referido serviço, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho, constando o número do Processo, número da respectiva Nota de Empenho.

8.9. A prestação dos serviços deverá estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos art. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 18º, § 1º, Inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021).

9.1. Conforme definido pela Lei nº 14.133/2021, a licitação pública é um processo seletivo que visa a escolha da melhor proposta para a contratação de bens, serviços, obras ou fornecimentos com o poder público e oferece igualdade de oportunidade a todos os que com ela queiram contratar, preservando a equidade no trato do interesse público, tudo a fim de cotejar propostas para escolher uma ou alguma delas.



9.2. Dessa forma, para a contratação que segue, o critério de julgamento será o de **“MENOR PREÇO”** por item.

9.2.1. A indicação desse estudo é que a contratação do serviço seja feita utilizando a licitação por itens, essa abordagem permite que mais de uma licitante seja capaz de arrematar os itens de forma eficiente e eficaz, com maior padronização e optando-se pela adjudicação POR ITEM, observa-se que há uma significativa melhora, pois, a administração dos serviços possibilita uma maior eficácia da contratação. Sendo assim, o parcelamento em itens da licitação é uma medida coerente e fundamentada, visando garantir a contratação de empresas qualificadas e especializadas para atender às demandas específicas do objeto, ao mesmo tempo em que promove uma concorrência saldável e benéfica para a administração pública.

9.3. Por se tratar de Registro de Preços, a Administração se reserva no direito de solicitar a prestação dos serviços, conforme a necessidade, dentro da vigência da Ata de Registro de Preços, a contar da data da assinatura.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18º, § 1º, Inciso IX, da Lei n. 14.133/2021)

10.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o município;

10.2. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, a fim de evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução da Ata de Registro de Preços;

10.3. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da detentora da ata o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

10.4. Nesse sentido, os resultados previstos com a presente contratação são a otimização do processo de transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, garantindo a correta destinação ambientalmente adequada e a conformidade com as normas legais. A terceirização desses serviços permite à Administração Pública se concentrar nas suas atribuições essenciais, delegando a empresas especializadas a execução de atividades complexas, como a gestão logística do transporte e o descarte adequado no aterro sanitário, o que resulta em maior eficiência e redução de custos operacionais.



10.5. Ademais, a terceirização oferece maior flexibilidade operacional, pois permite a adaptação rápida a variações sazonais na geração de resíduos, como nos períodos de festas e férias, sem sobrecarregar a estrutura interna da Administração. A empresa contratada, especializada nesse tipo de serviço, traz expertise e tecnologias mais avançadas, o que contribui para a melhoria contínua do processo, além de reduzir riscos operacionais e ambientais. Assim, a contratação de uma empresa especializada assegura não apenas a eficácia dos serviços, mas também a redução de passivos fiscais e trabalhistas para o Município.

10.6. Em suma, ao contratar empresa especializada tanto no armazenamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em aterro sanitário (CLASSE 2) devidamente licenciado e a contratação de empresa especializada em serviço de transporte de resíduos sólidos domiciliares do município de Urupá-RO para aterro sanitário devidamente licenciado, estar-se-á não apenas garantindo que o Município de Urupá esteja em conformidade com a legislação ambiental, mas também garantindo o manejo técnico (segregação, transporte seguro, chorume controlado), emissão de laudos técnicos, proteção dos recursos hídricos e solo, e somando-se à vantagem de que terceirizar essa operação, permite que a Administração Municipal foque em outros setores essenciais, enquanto especialistas gerenciam os riscos de maneira técnica e sustentável.

***11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA
ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO
CONTRATO (art. 18º, Inciso X, da Lei n. 14.133/2021)***

11.1. Pela característica do serviço, não serão necessárias quaisquer providências específicas da Secretaria para a prestação do serviço, objeto da licitação. A Administração ficará responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, garantindo que os termos contratuais e as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência sejam cumpridos pela empresa contratada. Caso seja necessário, a Secretaria requisitante tomará as medidas pertinentes para assegurar a adequada prestação dos serviços, incluindo a verificação do cumprimento das condições contratuais e a emissão de eventuais notificações, caso sejam identificadas irregularidades ou descumprimentos.

***12. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU
INTERDEPENDENTES (art. 18º, § 1º, Inciso XI, da Lei n.
14.133/2021).***

12.1. Não se aplica à hipótese dos autos.



***13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E
RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO (art. 18º, § 1º,
Inciso XII, da Lei n. 14.133/2021).***

13.1. A ausência de tratamento adequado e a disposição final ambientalmente inadequada de resíduos sólidos podem resultar em graves consequências, como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais (rios e córregos), além de favorecer a proliferação de vetores transmissores de doenças. Por essa razão, é imprescindível a aplicação de técnicas específicas durante todas as etapas de manipulação, transporte e disposição desses resíduos, visando reduzir a incidência de doenças e os impactos ao meio ambiente.

13.2. Os possíveis impactos ambientais estão diretamente relacionados à disposição final inadequada dos resíduos, reforçando a necessidade de que a contratada atenda rigorosamente às legislações ambientais vigentes, garantindo a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade do processo.

13.2. Portanto, a contratação de uma empresa especializada para esses serviços é essencial para garantir a preservação ambiental, a promoção da saúde pública e o bem-estar da comunidade, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na gestão de resíduos sólidos.

***14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A
VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO
(art.18º, § 1º, Inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021)***

14.1. A contratação pretendida é viável, uma vez que a mesma é indispensável em virtude do atendimento a um serviço essencial para a comunidade local do Município de Urupá, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração

14.2. Desta feita, declara-se viável a contratação pretendida, visto que atende plenamente ao interesse público, seja pelos motivos de fato e de direito, seja pela necessidade atual da Administração, razão pela qual deve haver o prosseguimento do feito, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica, pelas autoridades competentes para que se possa tomar ciência do ato e adotar as providências cabíveis, com as cautelas legais de praxe.



Estado de Rondônia

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÁ

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Setor de Planejamento de Compras e Contratações

Urupá/RO, 31 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente

Helâne Mara Soares Santos

Técnica em Gestão Pública

Documento assinado digitalmente

Lucas de Souza Pereira

Diretor Executivo e Financeiro da SEMATUR

Documento assinado digitalmente

Antônio Pereira Neto

Secretário da SEMATUR



Assinado por: Helane Mara Soares Santos 31/03/2026 09:47:35
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



Assinado por: Lucas De sousa Pereira 31/03/2026 09:59:30
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



Assinado por: Antonio Pereira Neto 31/03/2026 10:00:07
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
